

ALBRAS - ALUMÍNIO BRASILEIRO S.A.



CNPJ: 05.053.020/0001-44

O contrato de *leasing* foi firmado em agosto de 2014 e os primeiros veículos industriais foram entregues a partir de outubro de 2014. O prazo de vigência do contrato é de 60 meses. O arrendamento foi classificado como um arrendamento financeiro. A Companhia não pode estimar de forma confiável os valores justos relativos ao elemento de arrendamento e outros elementos dos pagamentos necessários. Assim, no início do arrendamento a Companhia reconheceu um ativo e um passivo em um montante igual ao valor justo estimado do equipamento. Os custos financeiros atribuídos ao passivo foram determinados com base na taxa de juros de 3,78% a.a.

18. Provisões, contingências e Depósitos judiciais

a. Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes pas-sivos e depósitos judiciais:

	Depósitos judiciais		Provisões	
	2014	2013	2014	2013
Tributárias	-	17.393	10.693	9.658
Cíveis	-	-	979	1.053
Trabalhistas e previdenciárias	8.184	7.096	2.903	783
Ambientais	-	-	47.328	43.528
	8.184	24.489	61.903	55.022

b. A movimentação dos depósitos judiciais e das provisões no exercício de 2014 e 2013 está demonstrada a seguir:

	Depósitos judiciais	Provisões
Saldo em 31 de dezembro de 2012	28.643	42.730
Adições	1.555	17.356
Baixas	(6.771)	(8.004)
Atualizações monetárias	1.063	5.567
Ajuste Valor Presente	-	(2.627)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	24.489	55.022
Adições	328	7.988
Baixas	(17.592)	(9.131)
Atualizações monetárias	959	5.721
Ajuste Valor Presente	-	2.303
Saldo em 31 de dezembro de 2014	8.184	61.903

c. Natureza das provisões

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. A natureza das obrigações pode ser sumarizada como segue:

- Tributárias - referem-se, principalmente, à discussão quanto à adequada interpretação da Lei nº 9.718/98, relativa à inclusão nas bases de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) das variações cambiais decorrentes de reduções de passivos contratados em moeda estrangeira e também nos processos de isenção de tributos federais oriundos das operações de importação (*drawback*).
- A natureza das obrigações tributárias referem-se, principalmente, aos questionamentos pelo não recolhimento de Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS) incidentes sobre conexão de energia elétrica entre os anos de 2007 a 2012 e compensações ou pedidos de restituição de crédito do Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) realizados entre os anos de 2005 a 2012.
- Trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.
- Passivos ambientais - a Companhia tem um passivo ambiental gerado na manutenção das cubas eletrolíticas. Este resíduo é denominado de RGC (Revestimento Gasto de Cubas). A composição básica é material carbonáceo, oriundo dos blocos catódicos e pasta de socagem e material refratário proveniente dos tijolos e concretos. Estes materiais estão impregnados com flúor, sódio e íons cianeto. O saldo desta provisão está registrado a valor presente.

d. Perdas contingências possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia tem ações de naturezas tributária, civil e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2014	2013
Tributárias	135.614	165.390
Cíveis	1.169	799
Trabalhistas	34.609	17.829
	171.392	184.018

Refis

Em agosto de 2014, a Companhia aderiu à Lei 12.996/2014, que reabriu até 29 de agosto de 2014 o prazo de pagamento e parcelamento de débitos junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e à Secretaria da Receita Federal. Pela adesão, foram recolhidos à vista o valor de R\$ 66.761 mil, referente a processo tributário que se encontrava na esfera administrativa da Secretaria da Receita Federal.

19. Patrimônio líquido

a. Capital

O capital social subscrito e integralizado, é composto por 1.128.909.900 ações ordinárias. Sendo 575.744.049 de Classe "A" e 553.165.851 de Classe "B", com valor nominal de R\$ 1.00 por ação.

As ações não são conversíveis entre si. As ações ordinárias classe "A" sempre serão possuídas por pessoas físicas ou jurídicas brasileiras. As ações ordinárias "A" e "B" terão idênticos direitos e obrigações em relação à sociedade.

A Companhia possui capital estrangeiro representado por ações ordinárias classe "B", registrado no Banco Central do Brasil no montante de US\$ 229.745 mil e ¥ 6.394.733 mil. Em AGE realizada em 21 de setembro de 2010 fez-se alteração no caput do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, de forma a permitir que qualquer pessoa seja titular de ações ordinárias Classe "A" de emissão da sociedade.

Conforme artigo 6.3 do Acordo de Acionistas da Companhia, em 30 de setembro de 2010, a Vale S.A. transferiu para a Atlas Alumínio S.A. a totalidade de sua participação acionária no capital social da Companhia, representada por 575.744.049 (quinhentos e setenta e cinco milhões, setecentos e quarenta e quatro mil e quarenta e nove ações) ações ordinárias, de Classe "A". Todas de emissão da Companhia. Em 2014 não houve mudança na participação acionária da Companhia.

b. Reservas de capital

A reserva de capital é constituída pela reserva especial da Lei nº 8.200/91 - artigo 2º que é realizada na proporção da depreciação e da baixa dos respectivos bens reavaliados.

c. Reserva de reavaliação

A realização dessa reserva é efetuada na proporção da depreciação e da baixa dos respectivos bens reavaliados.

d. Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado na Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

e. Reserva de incentivos fiscais

Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195 - A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei nº 11.638, de 2007); essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, descritos na Nota 12(c), reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

f. Reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído

Constituída de acordo com o estabelecido nos §§ 4º e 5º do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei nº 11.638, de 2007). Essa reserva é constituída quando a Companhia tem dividendo obrigatório a distribuir, mas não possui condições financeiras para o pagamento.

g. Ajustes de avaliação patrimonial

A conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial na Companhia contempla os ganhos e as perdas, líquidos dos efeitos tributários, não realizados decorrentes de instrumentos financeiros derivados de proteção de fluxos de caixa. Esses valores serão transferidos para o resultado do exercício quando de sua realização (vide Nota 5.4).

h. Destinação do resultado do exercício

A administração proporá aos acionistas, com base na Lei das Sociedades por Ações, a seguinte destinação do resultado apurado em 31 de dezembro de 2014:

	2014
Lucro líquido do exercício	293.443
Reserva Reavaliação/especial - realização	1.533
Lucro ajustado com a realização da reserva	294.976
Reserva de incentivos fiscais - constituição	(2.636)
Reserva legal - constituição	(14.672)
Total	277.668

Resultado do exercício a ser destinado:

Dividendos propostos (50%)	138.834
Reserva de lucros para expansão e investimentos - constituição	138.834

Os dividendos acima propostos são o mínimo determinado na Lei nº 6.404, considerando que o estatuto social da Companhia é omissivo.

Na AGE de 10 de outubro de 2014, foi destinado e pago o valor de R\$ 96.000 (noventa e seis milhões de reais) para pagamento de dividendos aos acionistas até 15 de dezembro de 2014 proveniente do saldo reconhecido na Reserva de Lucro - Expansão/ Investimento.

20. (Despesas) receitas operacionais

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2014	2013
Vendas e comerciais		
Taxas e serviços carga	(38.732)	(27.767)
Demurrage	(2.136)	(865)
Partes Relacionadas	(37.011)	(12.193)
Outras	-	(1.821)
	(77.879)	(42.646)
Gerais e administrativas		
Pessoal e Benefícios	(20.926)	(29.289)
Serviços (consultoria, Infraestrutura e outros)	(11.516)	(3.843)
Despesas de viagem	(146)	(292)
Apoio a comunidade	(419)	(502)
Tributos	(3.159)	(2.852)
Partes relacionadas	(10.543)	(13.609)
Depreciação e amortização	(5.750)	(3.024)
Outras	(2.686)	(9.343)
	(55.145)	(62.754)
	(2.062)	(1.069)
Honorários dos administradores		
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas		
Provisão (reversão) para contingências, autos de infração e outros	(3.396)	(6.274)
Ajuste de inventário	(5.059)	(15)
Sinistro	(799)	(917)
Provisão Beneficiamento RGC	(5.817)	(250)
Reintegra	12.499	41.032
Provisão de Obsolescência	(703)	(186)
Provisão para perdas pré-pagamento - Eletronorte	(7.982)	(10.766)
Diferimento ICMS - Lei nº 6.307/00	-	(693)
Previdência privada	-	3.218
Provisão perdas com ações - Eletrobrás	(105)	185
Regularização PIS/COFINS	-	74
PIS/COFINS sobre outras receitas	(5.547)	(148)
Gastos com pesquisa e desenvolvimento	-	(2.361)
Provisão para devedores duvidosos	(456)	(2.471)
Outros créditos venda de energia	60.201	-
ICMS sobre outras operações	(2.420)	(7)
Inadimplência mercado de energia	(2.675)	-
Despesa com Lei 12.966/2014 - Refis (i)	(50.544)	-
Outras	632	(762)
	(12.171)	19.659
	(147.257)	(86.810)

Despesas operacionais